

**ALGUNS COMENTÁRIOS À MARGEM DE UM ARTIGO
RELATIVO À DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO CENTRO-OESTE
NA QUESTÃO DO MILHO E DO ARROZ¹**

JOSE MANUEL MARTA²

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir os aspectos econômico-culturais que determinam a produção do milho e do arroz na região Centro Oeste, considerando a cultura de abertura de lavouras temporárias. Utilizou-se o método histórico-analítico, considerando aspectos da interpretação antropológica de outros autores e a própria vivência do autor. O artigo procura mostrar a necessidade da pesquisa de campo regional em face da generalização estatística que omite aspectos importantes. Dessa maneira, mostra como a produção de milho se desenvolveu principalmente em Goiás, considerando os aspectos culturais decorrentes da origem da população. Ao mesmo tempo procura realçar a produção do arroz de sequeiro como "amansadora" das terras de Mato Grosso, no processo de abertura da fronteira do cerrado.

Palavras-chave: Centro Oeste; Distribuição Espacial; Milho e Arroz.

¹ Recebido em março de 2005. Parecer favorável em outubro de 2005.

² Prof.Dr do Departamento de Economia da UFMT e do NUPES - Núcleo de Pesquisas Econômicas e Sociais da FAECC/UFMT.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende trazer a luz de alguns conhecimentos empíricos e regionalizados sobre a produção agrícola de extensas áreas do país. Nesse sentido, apresenta alguns comentários à margem do artigo “Mudanças na distribuição espacial da produção de grão, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro Oeste” relativo à distribuição espacial do Centro-Oeste nas culturas do milho e do arroz. A rigor, pretende contribuir para o debate do agronegócio no estado de Mato Grosso e no Centro Oeste.

Na introdução da obra referida, Helfand e Rezende (2003), reconhecem que *“em um país continental como o Brasil, explicar as dimensões geográficas é indispensável para a compreensão de muitos fenômenos econômicos de grande importância, dentre eles, o desenvolvimento agrícola, que tem determinantes geográficos claros, em função das grandes diferenças regionais existentes no comportamento do clima, na qualidade dos solos e em outros fatores relevantes”*. O tratamento dado pelos autores, entretanto, no capítulo 1, que trata do papel da região centro-oeste na produção de aves e suínos³ é uma análise da região como um todo, considerando as estatísticas nacionais e do centro-oeste, desprezando aspectos culturais e principalmente da colonização dos estados componentes daquele espaço geográfico.

2. A HETEROGENEIDADE DO ESPAÇO BRASILEIRO E DO CENTRO OESTE.

As regiões geográficas brasileiras, principalmente, naquelas onde se desenvolveram a fronteira agrícola recentes, além do Rio Paraná e São Francisco, não tem a homogeneidade pretendida nos estudos estatísticos ou econométricos que, em geral, padronizam o espaço.

As especificidades históricas e geográficas de cada região, que conformam a economia e a sociedade, devem sempre ser consideradas sob

³ Helfand, S. e Rezende, G. de C. Mudanças na Distribuição Espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro Oeste, in *Região e Espaço no Desenvolvimento agrícola brasileiro*, 2003.

pena de se cometer heresias e omissões sobre a realidade empírica, em geral não absorvida totalmente nos modelos de natureza quantitativa.

Ao tratar-se da Amazônia, por exemplo, é convencional reconhecer-se diferenças regionais em tão extensa área. Porém, mesmo entre os amazônicos, é difícil caracterizar-se as diferenças entre as Amazônias, mas sabe-se da sua existência. Complexo é reconhecer seus limites. Difícil é caracterizar e estabelecer onde há um padrão Oriental e sua multiplicidade de produtos naturais, cuja mostra mais acabada está no Mercado “Ver-o-Peso” ou no Guamá, em Belém; ou, a Ocidental, em Manaus, da “Zona Franca” com seus artigos eletrônicos e da miséria ribeirinha ou no Estado do Acre e seus produtos seringueiros do “Xapuri” ou de Rio Branco. É reconhecer nos milhares de quilômetros entre uma região e a outra, aspectos físicos, humanos e materiais que compõem um quadro social, geográfico e histórico de uma sociedade, porém mais que isso, classificá-los.

Mais recentemente, para se perceber a dinâmica desse quadro, tem havido citações pelos pesquisadores e jornalistas de certa Amazônia Meridional, identificada vagamente desde Rondônia, passando pelo norte de Mato Grosso e o novo estado de Tocantins, onde geralmente apresentam-se duas características: um semicírculo de fogo plantado em nativas de castanheiras, nas florestas empobrecidas pela extração madeireira e nos campos naturais.

O Centro Oeste, apesar de ter caráter menos plural, considerando seu território, tem sido caracterizado como o espaço de expansão da economia do Sudeste e, principalmente, da população do sul brasileiro, nas décadas de setenta e oitenta do século XX. Porém, sua história riquíssima apresenta aspectos que lhe dão características únicas desde o período colonial mercantil. Dessa maneira, é considerar e aprofundar estudos nas áreas originárias, ocupadas nas primeiras Capitânicas Coloniais, para além da linha de Tordesilhas, depois Províncias de Mato Grosso e Goiás, até os dias atuais. Destarte, desde ocupação inicial, pelos portugueses, vis-à-vis aos espanhóis,

no ciclo do ouro, para garantir terras dentro da lógica do “uti possidetis”⁴, até reconhecer os assentamentos recentes da reforma agrária e contra-reforma agrária vigente, nas quais há nuances que podem auxiliar na construção de uma lógica agrária regional de Mato Grosso e Goiás. Porém, mais que isso, é constatar ecossistemas tão diferentes como os Pantanais, Amazônia e Cerrado, na mesma região, sendo degradados sem antes se registrar a biodiversidade existente.

Dessa maneira, ao se tratar o Centro Oeste como uma região una, principalmente no período pós-setenta, esquencem-se as diferenças internas decorrentes do processo histórico de formação econômico-social e suas implicações antropológicas e culturais. Nesse espaço, a partição política determinada, criadora de estados e municípios, muitas vezes, considerou apenas informações distantes e pouco precisas e interesses nem sempre claros, no início da colonização brasileira ou do grupo dominante⁵.

Dessa maneira, por diferentes razões e inspirações, nem sempre claras, foram feitas fragmentações políticas no território ao longo do tempo, criando sesmarias, vilas, municípios, comarcas, Estados. A população, preocupada com sua faina diária de sobrevivência, pouco interesse tem nesses processos, ficando assim liberada as elites para se apropriar do botim.

3. O ESPAÇO POLÍTICO DA REGIÃO CENTRO OESTE, ESTADOS ORIGINAIS E OS NOVOS ESTADOS.

As capitanias surgidas no século XVIII, para além do São Francisco e do Paraná “até onde a vista alcança” se instalaram sob o auspício da busca de escravos indígenas, da mineração e dos bandeirantes. Populações rarefeitas, difícil comunicação, mas grandes interesses nas terras e nos minerais.

⁴ “a terra para a quem a utiliza”

⁵ A ironia de processos como esses, cujo modelo mais acabado é o da Índia, onde o Paquistão e Bangladesh, depois de independentes da colonização britânica continuam um conflito incompreensível para os ocidentais.

A descoberta de ouro e outras riquezas, estabeleceram aventureiros nas regiões garimpeiras e mais tarde, pela necessidade de abastecimento e da fiscalização metropolitana, transformou arraiais em vilas, e aqueles conjuntos de vilas nas Capitânicas de “Matto Grosso e Cuyabá”, no oeste e na área mais a leste, o “Goyaz”.

Com o Império, as Províncias mantêm o mesmo nome e uma economia pouco diversificada, baseada na extração mineral, nunca abandonada e na coleta de produtos do sertão amazônico e dos cerrados.

Com o advento da República, são transmutadas em estados sempre ligados ao governo central, mas com uma função bastante clara, a de reserva de terras e uma expectativa com relação ao futuro. Com algumas rusgas de autonomia, como o episódio da República Transandina, pouco se alterava na sua economia.

Dessa maneira, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins e um possível estado do Araguaia ou do Tapajós constituem ou se constituirão na futura região Centro Oeste.

Destarte, a ação econômica mercantil transformou em fronteira de ocupação as terras dessa região e em tempos diferentes, onde a natureza permitiu, ocorreu uma ampliação da produção natural, transformando espaços naturais em econômicos, fragmentados em estados, ao sabor, muitas vezes, de interesses políticos escusos⁶. Nesse processo resistiu o ser humano, num ou em outro estado, com sua cultura arraigada ou transplantada, ao longo das gerações, cujos costumes e diferenças de hábitos, definiam o consumo e a demanda. É nesse espaço, onde ocorreu e ocorre esse processo que se estabelecem as relações de produção, a divisão do trabalho e os conflitos de terra que vêm ocorrendo e se exacerbando a grande agricultura brasileira do início do século XXI.

⁶ Durante o governo militar, a Lei Complementar 31 criou, em 1976, o estado de Mato Grosso do Sul, permitindo nomear Senadores de maneira “biônica”, como publicava à época a imprensa.

Não é por outra razão que a homogeneidade da região Centro Oeste não pode ser tratada simplesmente na perspectiva pela estatística de crescimento da produção e eventual produtividade. É muito mais que isso. Há que se entender no interior das diversas regiões geográficas e culturais, cujas unidades políticas são os Estados, Municípios e o Distrito Federal, onde ocorrem as desigualdades e tratá-las como tal, pois não é possível considerar “questões desiguais de maneira linear”.

Ainda assim, é necessário, desde logo, perceber no início do período considerado, 1970, a existência dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, compondo a região Centro-Oeste. Alguns organismos e documentos e a própria prática da política de Desenvolvimento Regional, empreendida pela então SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, do Ministério do Interior, no governo militar, incluía o Território do Guaporé. Desmembrado de Mato Grosso na década de quarenta esse território federal foi transformado posteriormente em uma nova unidade, hoje conhecida como Estado de Rondônia, cuja regionalização do IBGE e mesmo a realidade dão-no como Amazônia. .

Ao fim de trinta anos, desde aquela data, portanto em 2000, a região examinada passou a ser composta além do Distrito Federal e dos estados geradores - Mato Grosso e Goiás -, por seus desmembramentos desde então: Mato Grosso do Sul e Tocantins. A fragmentação antrópica – portanto, político-econômica – dos Estados de Tocantins e de certa maneira Rondônia - na região Amazônica -, são parte do processo da região Centro-Oeste e a expansão capitalista da região hegemônica. Porém, sem a oficialidade que Sudeco (extinta pela Nova Republica⁷) lhe dava, merece reflexão o fato dessa fragmentação como parte do processo de crescimento. Ou valeria uma análise aritmética para uma anomalia, permitindo-se dizer que aquilo que eram três ou quatro, com o tempo, passou a ser cinco ou seis.

⁷ Chamou-se genericamente Nova Republica ao período pós-1985, quando assumiu o primeiro presidente civil após um longo mandato militar de 1964-1985, de generais presidentes.

Internamente à região, ocorreu a multiplicação de municípios, distritos e outras divisões político-administrativas. Há, também, uma certa ampliação desse fenômeno nessa unidade, a exemplo dos Estados, que vem ocorrendo de tempos em tempos, ao sabor de práticas e interesses nem sempre confessáveis pelo oportunismo em geral envolto⁸. Esses diversos desdobramentos, realizados e outros em discussão, como a criação de novos municípios e uma nova divisão do estado de Mato Grosso, têm razões para além das características da geografia econômica ou da história política regional. Essas razões, cujas conseqüências são de ordem político-sociais e econômicas apresentam-se expressas em diversos documentos.

As primeiras são apresentadas, em geral, na ardência de novas lideranças ambiciosas de poder e proposituras, cujo espaço de crescimento próprio é insuficiente para alcançar suas próprias metas. Essa análise foge ao escopo desta discussão por caracterizar-se como análise política. As segundas, de certa maneira, derivadas das primeiras, permitem a criação de incentivos e subsídios na forma de infra-estrutura e benefícios regionais cujas conseqüências implicam no arrazoado que defendem as primeiras razões, dentro de um processo institucional de fragmentação cada vez maior e de gastos públicos diferenciados, retomando o modelo mercantil.

Ao considerar o espaço do Centro-Oeste, especialmente Mato Grosso, ao longo desse período, é necessário entender a sua reinserção na economia nacional, como se pode entender a expansão capitalista intraterritorial brasileira do período militar e parte de uma certa desconcentração do centro hegemônico, iniciada nos anos setenta. (Pereira, 1996; Marta, 2002).

⁸ Para que se tenha idéia desses desdobramentos municipais, quando da divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul pela Lei complementar 31 de 1976, havia no estado remanescente 35 municípios, em 1999, apenas Mato Grosso contavam com 139 municípios.

4. ASPECTOS CULTURAIS E DIFERENÇAS ESPACIAIS DA OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE GOIÁS.

No início da década de setenta, o Estado de Goiás já estava plenamente inserido no espaço econômico brasileiro. Desde a instalação de Brasília e do Distrito Federal, nos anos cinquenta e sessenta, revelaram um processo de inserção dos espaços do interior brasileiro, principalmente do Centro Oeste, à economia central e hegemônica, iniciada anos antes pela implantação de infra-estrutura viária, energética e de comunicações⁹, cujos benefícios e conseqüências afetaram a chamada região geo-econômica, consolidada durante o governo militar.

O primeiro movimento dessa colonização moderna teve início ainda nas décadas de quarenta e cinquenta, quando ações públicas e privadas, durante o governo Vargas, permitiram a entrada de colonos mineiros e paulistas, em maior quantidade, no território goiano. A ocupação do cerrado goiano recebeu, portanto, o impacto da formação cultural de populações do sudeste – paulista, mineiros.

Naquelas regiões, predominantemente oriundas da região da Mata Atlântica, a abertura da fronteira agrícola dá-se com milho, arroz e feijão, mantendo-se basicamente o conhecimento técnico da coivara indígena, sendo que em Goiás o uso do milho tem dois momentos: o milho plantado logo depois das primeiras chuvas é colhido no fim de dezembro, em menor quantidade, ainda verde – “o milho de hortaliça”, como pode ser chamado no comércio e o restante, depois de seco, transforma-se em cereal, em janeiro (Brandão,1981).

Essa primeira parte, colhida ainda verde destina-se à população que realiza a “pamonhada”, nos sítios, fazendas e pequenas vilas. Como em uma festa, produz-se um creme de milho destinado a fazer curau e a própria

⁹ Talvez o principal programa de integração do Centro Oeste nos anos 50 e 60 tenha sido o Plano de Metas de 1956-1960, no Governo Kubischek. Sobre o tema vale conhecer; sobre o governo Kubischek há inúmeros livros, artigos e análises (Lafer, 1990).

pamonha, cuja importância social evidencia o consumo do milho como elemento essencial da cultura goiana (Brandão, 1981).

Nessa perspectiva, o abastecimento alimentar da população goiana ocorre com milho derivado da produção comercial ou familiar, na sua menor parte. A outra parte da produção, colhida em janeiro, é a grande parte, é o cereal comercializado.

Esse produto, apresenta-se como matéria prima para a indústria de alimentos permitindo a produção de fubá, farinha de milho, canjica como quirera e, também, ração, utilizado na criação de suínos e aves, como já vinha ocorrendo no estado de São Paulo e Minas Gerais, no quadro do complexo cafeeiro, considerando aspectos da produção para abastecimento da intensiva massa de trabalhadores que compunha o sistema agro-exportador.

É necessário reconhecer, da mesma forma, os aspectos exclusivos de uma produção comercial, principalmente em Goianésia e suas proximidades. Ali, graças ao emergente mercado caracterizado no Distrito Federal, seu entorno geo-econômico, o crescimento da capital, Goiânia, e do triângulo mineiro, realizava-se uma produção avícola, cujo destino é o abastecimento dos aviários dessa extensa região, mas também, em função de sua localização, se caracterizava como espaço de ampliação territorial e econômica da hegemônica região paulista.

Assim, duas razões são fundamentais para o crescimento autônomo ou expandido da demanda de milho em Goiás:

- a) a colonização do Sul de Goiás por mineiros e paulistas, cuja influência cultural tem origens italianas, por um lado, estimulada na criação de suínos e aves de corte destinadas à alimentação da população, e por outro, à colonização japonesa, que propiciava a criação de aves de postura e corte, para a comercialização na região de Brasília e Goiânia;
- b) o crescimento populacional do Distrito Federal, Goiânia e Triângulo Mineiro, durante toda a década de setenta, aumentando a demanda de produtos do milho: fubá, canjica, etc. já integrada na alimentação goiana

e ampliada com a participação da cultura mineira e paulista, derivadas na nova colonização, além de outros produtos, como aves e ovos, com crescente demanda do Distrito Federal e da população crescente.

5. ASPECTOS CULTURAIS E DIFERENÇAS ESPACIAIS DA OCUPAÇÃO DA REGIÃO DE MATO GROSSO.

Mato Grosso, por sua vez, sendo a segunda economia da região, apresentava, na década de setenta, um quadro cultural com diferentes origens daquelas. A nova colonização, como pode ser chamada as hordas populares estimuladas pelo governo federal que ocuparam terras no norte do estado, na década de setenta, oitenta e mesmo noventa, vindas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná tinham como costume plantar arroz. Um arroz de sequeiro, cuja função era amansar a terra, primeiro do cerrado e depois a pré-Amazônia.

Há, entretanto, necessidade de considerar a expansão da fronteira agrícola e uma infra-estrutura mínima, de base governamental¹⁰, principalmente a partir do Governo Vargas, na década de quarenta até sessenta, atraindo pequenos contingentes populacionais. Nesse sentido, a Marcha para o Oeste e outras ações configuradas nos trabalhos da Fundação Brasil Central, do período Vargas, Dutra e JK, pouco alteraram o quadro econômico regional depressivo, principalmente agrícola ou até mesmo cultural.

Migração de populações nordestinas esparsas, despreparadas e descapitalizadas, ingressaram na região leste do estado em busca de diamantes, pouco alterando a realidade regional em face das extensões e da natureza de seu trabalho garimpeiro, considerando a produção de alimentos e as terras que para tal deveriam ser ocupadas nos “espaços vazios”, como considerava Vargas. Mas principalmente em face dos poucos interesses

¹⁰ A referência é feita considerando planos e projetos governamentais desde o governo Vargas, além do Plano SALTE, Comissão Brasil-EUA, Missão Abbink (Lafer, 1990)

capitalistas envolvidos naquele momento com a região centro oeste e o cerrado.

A economia do estado, naquele período, aqui considerando o norte do estado, antes da divisão de 1979, estava baseada no extrativismo. Artigos como a poaia ou ipecacoanha, a madeira e a borracha, tinham participação efetiva no Produto Regional, semelhante à economia do século anterior. Havendo mesmo produtos destinados à exportação como a borracha e a ipeca.

Também era pauta nesse Produto Interno a pequena agricultura de subsistência de arroz, feijão, mandioca e a pecuária extensiva de corte, permitindo pouca mobilidade para comércio interno e nenhuma atuação no comércio internacional e mesmo interestadual.

Grandes extensões de terra, em geral, devolutas, eram comercializadas pelo Estado através do Departamento de Terras e outras, destinadas à projetos de colonização, para abertura e assentamento de populações de todas as regiões brasileiras, sem uma política clara e definida. Esses projetos nem sempre eram concluídos, mas serviam de “aprendizado” a alguns futuros colonizadores.

Nessas iniciativas ocorriam crescimentos espasmódicos na região do alto e médio Araguaia, onde a intervenção foi direta, considerando a criação de infra-estrutura e incentivos fiscais/renúncia fiscal. Nesse sentido, estradas (semelhantes a picadas abertas no cerrado) foram criadas pela Fundação Brasil Central e ligavam a recém criada Barra do Garças à Nova Xavantina buscando o norte e a região do Xingu. Pontes foram construídas, pela mesma autarquia federal, sobre o Rio Araguaia, possibilitando também a entrada de garimpeiros e agricultores buscando ouro e diamantes nas regiões do oeste brasileiro.

6. ASPECTOS DE MATO GROSSO DO SUL

Há a considerar, ainda, a situação diferenciada de Mato Grosso do Sul, na região meridional do então referido Estado. Como no norte,

comercializava-se a produção extrativista da erva-mate, madeira e outras essências extrativas da região de Dourados e Ponta Porã. Além, naturalmente, da histórica produção pecuária do Pantanal. E não há dúvida, havia uma pequena comercialização de milho, importante na região do Pantanal, especialmente em Corumbá, cujo mercado era a Bolívia e o tratamento de animais nas enchentes do Pantanal.

A divisão oficial de Mato Grosso ocorreria por Lei Complementar, a trigésima primeira, em 1976, como era usual naqueles dias, porém, de fato, a separação dos dois estados ocorreu em 1979 e as modificações em ambos os estados foram sensíveis.

A cultura da soja, talvez o mais importante fator de alteração no setor primário entrou na pauta comercial do Estado ainda durante a década de setenta, apenas em Mato Grosso do Sul. Em conjunto com outras espécies, como o milho, por exemplo, tinha objetivo comercial de atender a demanda de São Paulo e, naturalmente, o restrito mercado regional de frangos e ovos, além de permitir uma rotação de culturas com o pouco feijão e a soja.

Havia dois fatores influenciando a expansão da soja naquela região: a travessia do Rio Paraná pelo contingente populacional vindo dos estados do sul como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a cultura da leguminosa já era praticada e a região podia ser considerada uma continuidade e a facilidade logística implantada desde 1914, com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil permitindo o transporte para São Paulo.

7. MILHO EM MATO GROSSO E MATO GROSSO SUL.

A rigor, a produção de milho, em Mato Grosso, diferentemente de Goiás, era pontual. Localizada em algumas localidades onde a população tivesse interesse específico – granjas de aves e suínos, pecuária pantaneira, fronteira boliviana- apresentando interesse específico em mercados locais.

Na década de setenta, a principal empresa de produção de aves na região era a Cooperativa Agrícola de Várzea Alegre, em Terenos, no atual estado de Mato Grosso do Sul. Essa empresa, através de seus associados,

supria com ovos o estado, antes da divisão. Outros produtores, aproveitando as vantagens regionais, produziam aves de corte, principalmente para mercado de Campo Grande.

Havia, também, outros pequenos produtores independentes de aves e ovos naquele município, além de outros, mais próximos à Campo Grande e Cuiabá, em geral de origem japonesa, complementando a oferta de frango e aves, para utilização em ração a base de soja, milho e sorgo.

No norte do estado, em função da presença da Sadia Oeste, em Várzea Grande, a distribuição de frangos e seus cortes ocorriam principalmente com produto congelado vindo das regiões produtoras no Sul do país. Havia uma pequena comercialização de milho em Barra do Bugres, cuja população era de origem mineira e fazia a abertura de áreas para a agricultura com aquela gramínea, além de Cáceres e Cuiabá, cujo comércio era realizado em feiras e cerealistas para pequenas criações.

A expansão da colonização para o Norte, onde ficou Mato Grosso remanescente, se deu mais efetivamente após o segundo lustro da década de setenta, quando se expande o eixo norte-sul da Transamazônica: BR-163, a Cuiabá-Santarém. Nesse eixo viário, base de uma futura região economicamente importante do estado, cuja produção na década de noventa passou a ser a soja, apresentou ciclos de produção de milho que podem ser considerados conjunturais, a rotação de cultura, estimulando a criação de suínos em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso. Dessa maneira, a produção de madeira, depois de arroz e finalmente a soja e o milho passaram a se constituir como produtores.

Assim, na complexização dessa economia, houve o ingresso dos projetos de criação de suínos, nem sempre abatidos na região e na esteira cultural da colonização dos estados do sul do país, tardiamente retomada na forma de unidades produtoras, em cidades como Diamantino, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, após um trabalho de base cooperativa

cuja conseqüência seria a implantação de unidades abatedouras entre os colonos consolidados e como rotação de cultura e a introdução do milho¹¹.

Outra importante região de produção de milho em Mato Grosso, surgiu do incentivo dado à criação de uma unidade produtora de álcool fino para bebida. Essa unidade, em Barra do Garças, na região do Araguaia. Concluída em 1972, apresentava como combustível básico nas caldeiras geradoras de calor e vapor, óleo pesado de petróleo, como elemento indispensável do processo produtivo dos doze mil litros de álcool dia,. Em período da crise energética, principalmente pela ausência de petróleo, como o ocorrido em 1973, viram-se frustradas as expectativas de produtores e da SUDAM, então a financiadora. Outras razões de ordem prática levariam ao abandono do projeto¹².

8. A PRODUÇÃO DE ARROZ COMO PARTE DA ATIVIDADE COLONIZADORA EM MATO GROSSO.

O arroz como atividade agrícola e de abastecimento não era exatamente uma novidade em Mato Grosso, considerando ser ele a base alimentar da população de Mato Grosso desde a colonização. A pequena população e as inadequadas condições das vias de transporte para o esgotamento de possíveis excedentes mantiveram a produção em volumes bastante baixos desde o início do século: em 1919 eram 05 mil toneladas, correspondendo a 0,6% da produção nacional; entre 1927 e 1931 a média desse período foi de 07 mil toneladas, correspondente 0,8% da produção nacional; entre 1932 e 1936 essa média elevava-se a 18 mil toneladas, ou 1,5% da quantidade nacional; em 1939 a produção atingia 20 mil toneladas, ou 1,7% do nacional e em 1949, 54 mil toneladas, ou 1,9% da produção nacional (Mello, 1986).

¹¹ Esse aspecto leva em conta a tradição cooperativista e de criação de suínos em pequena escala dos colonos no sul do país. Entrevista e discussões do autor com produtores da região.

¹² O autor discutiu esse projeto com diversos controladores da empresa produtora quando era Coordenador de Indústria e Comércio da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Mato Grosso, de 1980-1986.

No final da década de cinquenta, mais especificamente em 1959, o volume de produção de Mato Grosso, considerando o estado sem o desmembramento de Mato Grosso do Sul, havia crescido mais de 100%, em relação ao decênio anterior. Ou seja, a produção era 177 mil toneladas, produzidas em 118 ha. , correspondendo a 4,7% do total da produção nacional. Ao alcançar 1970, a produção de 380 mil toneladas, com participação de 7,2% no conjunto do produto nacional. Quando ocorre a divisão do Estado, em 1979, a produção ultrapassara as mil toneladas, com 1.148 mil T, com participação de 14,6% da produção brasileira (Mello, 1986).

Assim, o arroz apresentava-se em Mato Grosso como um produto comercial desde o início do século XX, principalmente para auto-abastecimento nas regiões isoladas. Na década de setenta dentre os projetos da colonização estava o da Cooperativa Canarana, cujo objetivo era transferir famílias da região sul do país para o Centro-Oeste, onde o cerrado poderia ser ocupado com investimentos relativamente baixo.

A população que interveio nesse processo era, como já se disse, principalmente aqueles oriundos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e Paraná. Portanto, nessas regiões a agricultura do arroz contou com a tradição centenária, considerando as condições de topologia e hidrografia, não sendo, entretanto, utilizada no plantio daquelas regiões a variedade plantada no cerrado.

Na região de Mato Grosso, as condições do sul do país e da Mata Atlântica não podiam ser reconhecidas, entretanto, a tradição de abertura agrícola, junto às condições tecnológicas disponíveis à época estimulavam a produção de arroz de sequeiro e não o milho, como na região de Goiás, cujo cultivo de arroz ocorreu nas áreas de abertura mais ao norte, como em Gurupi.

Um estudo de Homem de Melo (1986), permite analisar a extensão de área plantada de arroz em Mato Grosso e Goiás, considerando dados do IBGE. Nesse quadro, a evolução produtiva da região revela o desempenho evidente ao longo dos anos, conforme abaixo:

QUADRO 1 - PARTICIPAÇÃO MÉDIA (%) DA ÁREA PLANTADA DE ARROZ EM GOIÁS, MATO GROSSO E CENTRO OESTE: 1931-1980

Período	Mato Grosso	Goiás	Centro Oeste
1931/40	11,5	88,5	100
1941/50	19,2	80,8	100
1951/60	18,9	81,1	100
1961/70	28,7	71,3	100
1971/80	25,3	74,6	100
1979/80	56,1	43,9	100

Fonte: IBGE, elaboração do Autor

Esses dados permitem aprofundar a discussão estabelecida por Helfand e Rezende (2003) e pretexto para estas reflexões. Assim, observa-se que a produção de arroz na década de trinta a sessenta, em Mato Grosso saía do patamar de 11,5% e atingia algo em torno de 20%. Entre sessenta e oitenta alcança os 25%, para se verificar no final da década de setenta a troca dos posto hegemônico de Goiás com Mato Grosso. Mas a questão que se instalava era: o que significam essas participações no Centro Oeste dessas áreas plantadas? Ou, qual a destinação dada à produção: consumo local ou para o mercado?

É possível entender que a produção mato-grossense era insuficiente até mesmo para o consumo interno até a década de cinquenta, pois a comparação da produção com o consumo mostrava essa evidência: produzindo em torno de 200 mil sacas de arroz ao ano e uma população em torno de 400 mil, pode-se afirmar que o abastecimento alimentar não alcança sequer 50%, entre as décadas de trinta a cinquenta, importando a falta e estabelecendo o hábito. Mas a tabela permite mostrar um ponto de inflexão ao longo do tempo considerado: o arroz em Mato Grosso só teve plantio maior que Goiás no final da década de setenta, exatamente quando se reforça

o período de crescimento da colonização recente e os costumes trazidos pelas novas populações migrantes se instalam.

Assim, um artigo produzido pelo autor, em 1981, procurava mostrar essa realidade. A partir de 1970, há um crescimento vertiginoso do arroz em Mato Grosso, como forma de “amansar” a terra e ampliar a fronteira agrícola do país. (Marta, 1981).

Mas essa realidade é mais evidente depois de 1975, quando as derrubadas se ampliam e a migração recrudescer. É mesmo possível verificar, simbolicamente, nos passos dos colonos o arroz se instalando. Mas o fato de política econômica relevante foi a criação do POLOCENTRO, criado pelo Decreto 75.320 de 29/1/75. Apresentava-se com o objetivo “da modernização das atividades agropecuárias da região centro-oeste e do Oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional das áreas com características de cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial”, cuja avaliação nunca permitiu revelar a quantidade de recursos aplicados.

Estimulando a abertura de fronteira e com objetivos semelhantes aos do POLOCENTRO haviam sido criados programas de desenvolvimento regional, como o PIN-PROTERRA - o Programa de Integração Nacional e o Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial, em 1970, que estabelecia linhas especiais de crédito para aquisição de terras, entre outros fins e o PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, objetivando a formação de unidades produtivas de médio porte, assinado em 1976 e implementado em 1979. Programas dessa natureza definiam na sua modernidade, a derrubada de matas e cerrados, e naturalmente como primeira ação produtiva o plantio de arroz. Assim, a disponibilidade de recursos permitia a expansão de áreas plantadas e a “modernização do campo”, como insistiam os documentos oficiais.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procura mostrar as diferenças regionais existentes no Centro Oeste. Basicamente na atividade de abertura da fronteira agrícola, considerando principalmente as especificidades de Goiás, onde o milho é a cultura predominante para aquela atividade e Mato Grosso, onde o arroz é a principal atividade para realizar o “amansamento da terra”.

Destacam-se alguns aspectos da colonização e da ocupação do cerrado, levando-se em conta, movimentos de populações, principalmente em Mato Grosso durante o século XX. Assim, verificando-se algumas instituições envolvidas no processo ao longo do tempo, permite-se enfatizar o início da atividade agrícola comercial.

Dessa maneira, é possível perceber haver diferenças culturais que influenciaram e influenciam a produção agrícola no Centro-Oeste. Não podendo ser tratada sem uma diferenciação regional de produtividade e de destinação da produção agropecuária e seus derivados.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.R. Plantar, Colher, Comer, **São Paulo: Graal, 1981.**

HOMEM DE MELLO, F. O Problema Alimentar no Brasil, **São Paulo: Hucitec, 1986.**

MULLER, C. , CUNHA, A. A Questão da Produção e do Abastecimento Alimentar no Brasil. **Brasília: SEPLAN/IPEA/PNUD/ABC, 1988.**

HELFAND, S. REZENDE, G. C. de. Região e Espaço no Desenvolvimento Agrícola Brasileiro, **Rio de Janeiro: IPEA, 2003.**

LAFER, C. O Plano de Metas. In. **MIDLIN, B.** Planejamento no Brasil, **Perspectiva, 1980;**

MARTA, J.M. Um estudo sobre a rizicultura de Mato Grosso, **1980**,
(mimeo.).